

Memória de cálculo da Dívida 2020

DESCRIÇÃO	RS 1,00		
	2020	2021	2022
Dívida Consolidada (I)	46.604.685.006	45.747.472.271	43.710.822.752
Contratual	27.438.643.091	26.998.339.422	25.550.704.524
Precatórios Posteriores 05/05/2000	19.166.041.915	18.749.132.849	18.160.118.228
Outras Dívidas (depósitos de terceiros)	-	-	-
Deduções (II) Disponibilidade	4.491.388.893	4.469.741.383	4.498.723.153
de Caixa Disponibilidade de	4.292.063.172	4.290.348.235	4.337.269.320
Caixa Bruta	4.884.566.235	4.942.101.604	5.054.198.025
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	592.503.063	651.753.369	716.928.705
Demais Haveres Financeiros	199.325.721	179.393.148	161.453.833
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I) - (II)	42.113.296.113	41.277.730.888	39.212.099.599

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receita

Art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

As receitas orçamentárias para o triênio 2020-2022 foram estimadas considerando-se o histórico da arrecadação, correções por parâmetros de preço, efeito legislação, indicadores de conjuntura e especificidades de cada uma das linhas de receita.

A tabela a seguir resume os principais indicadores econômicos utilizados na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Os valores que constituem o cenário adotado basearam-se em dados do Banco Central do Brasil, divulgados no Relatório de Mercados Focus - Séries.

Variáveis Macroeconômicas	2020	2021	2022
PIB TOTAL*	2,58%	2,50%	2,50%
Elasticidade ICMS x PIB TOTAL	1,00	1,00	1,00
PIB SERVIÇOS*	2,50%	2,95%	2,80%
Elasticidade ISS x PIB SERVIÇO	2,00	2,00	2,00
IPCA*	4,00%	3,75%	3,75%
Dólar*	3,72	3,75	3,83
SELIC*	7,69	8,00	8,00
Crescimento cadastro IPTU	0,70%	0,70%	0,70%
Inadimplência do IPTU	13,00%	13,00%	13,00%
Pagamento à vista - IPTU	21,50%	21,50%	21,50%
Desconto para pagamento à vista - IPTU (Produção Industrial*)	3,00%	3,00%	3,00%
Crescimento da frota**	2,80%	2,80%	2,80%
Variação Preço Automóveis**	-3,34%	-3,34%	-3,34%

* Fonte: Banco Central; Série de Estatísticas

** Conforme histórico

Os critérios adotados para a projeção das principais receitas no período 2020 a 2022 são apresentados a seguir. Entre os modelos estatísticos utilizados, destacam-se as regressões linear e polinomial, bem como o modelo econométrico X-12 Arima. Também foram considerados ajustes com índices de preços (IPCA), variação na frota de veículos, PIB serviços e PIB Total, e o efeito legislação (exemplo: Índice de Participação dos Municípios para fins de Cálculo da cota-parte do ICMS). Ademais, algumas previsões basearam-se em saldos de contratos, editais e demais instrumentos congêneres.

Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Abrange as receitas do Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, das taxas pelo poder de polícia e pela prestação de serviços de competência do Município.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

Arrecadação projetada de acordo com o valor lançado no exercício anterior, atualizado pelo índice de inflação desse mesmo exercício. Sobre esse resultado, considera-se uma redução devido à inadimplência e ao desconto para a parcela dos contribuintes que realizam pagamentos à vista. Os três componentes citados nesse parágrafo estão descritos na tabela de variáveis macroeconômicas e foram estimados segundo valores históricos e suas projeções para os próximos anos. Além disso, é considerado o crescimento do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de São Paulo, assim como lançamentos retroativos a exercícios anteriores. Na projeção adota-se o IPCA para a atualização do valor venal dos imóveis.

Ademais, foram considerados os efeitos sobre o IPTU do reajuste de 2013 da Planta Genérica de Valores (PGV), que tem efeito sobre a arrecadação do triênio considerado devido aos efeitos da Lei nº 15.889/13, que determinou um limite máximo anual de reajuste do IPTU de 10% para imóveis residenciais e 15% para os demais imóveis. Esses índices devem ser aplicados até que o aumento integral do IPTU devido ao reajuste de 2013 seja atingido.

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Apresenta estreita relação com o nível de atividade econômica. Sua projeção considera o crescimento esperado do PIB Serviços, além de um multiplicador sobre esse índice, assim como a taxa média de inflação divulgada pelo Banco Central.

O multiplicador refere-se ao índice de elasticidade relativo ao PIB Serviços, o qual é obtido a partir de regressões sobre o comportamento histórico da arrecadação do ISS em relação ao PIB Serviços.

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

Receita estimada mediante a projeção da variação do PIB em conjunto com a inflação de cada ano, bem como de um fator de crescimento do número de transações imobiliárias, com base no histórico.

A receita deste imposto depende muito do desempenho do mercado imobiliário, bem como da taxa de juros, políticas de incentivos para aquisição de imóveis, entre outros fatores. Tendo em vista a tendência de recuperação da economia e a manutenção de taxas básicas de juros baixas, vislumbra-se uma possibilidade de melhora na arrecadação desse imposto.

Imposto de Renda

Receita estimada com base no crescimento histórico, ajustado pela mudança na alíquota de contribuição do servidor para o regime previdenciário, de acordo com a Lei n.º 17.020 de 27 de dezembro de 2018.

Taxas

Arrecadação projetada com base no crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto Total em conjunto com a variação da inflação medida pelo IPCA e especificidades de cada uma das taxas cobradas.

Receita de Contribuições**Contribuições Previdenciárias**

As receitas provenientes da contribuição do servidor e as contribuições patronais destinadas à manutenção do regime de previdência municipal são estimadas de acordo com a projeção da folha de pagamentos, tanto de ativos quanto inativos. As receitas foram estimadas considerando o impacto do regime de previdência complementar e as novas alíquotas de contribuição dos servidores e patrimoniais, aprovadas em dezembro de 2018.

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP

As receitas são estimadas considerando o crescimento vegetativo da cidade e a projeção da inflação para o período.

Receitas Patrimoniais

Para a projeção das aplicações financeiras foi considerado o saldo médio de contas, o fluxo de caixa previsto e a taxa média de juros de curto prazo (Selic) estimados para os próximos anos.

As receitas de concessões previstas incluem o Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento, além das previstas pelo plano municipal de desestatização, entre elas, a concessão do Mercado Santo Amaro, Pacaembu, Parques, Zona Azul e Serviço Funerário.

Serviços

Compreende as receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, cujas projeções levaram em conta o nível de atividade econômica e a inflação, bem como parâmetros específicos para cada rubrica, definidos pelas secretarias responsáveis. Há que se ressaltar que não há receitas com serviços funerários para o triênio, uma vez que está prevista a concessão desses serviços para a iniciativa privada.

Transferências Correntes**FPM – Fundo de Participação dos Municípios**

Estimado em função da arrecadação histórica, ajustada pela previsão do PIB e do IPCA e considerando ajustes para entradas não recorrentes no passado.

Cota-Parte do ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

O ICMS é fortemente afetado pela atividade econômica, tem como parâmetros para previsão de receita o nível de crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto e a variação da inflação. Além disso, a distribuição da cota-parte é afetada pelo Índice de Participação dos Municípios, cuja variação é considerada na projeção da receita, com base no histórico de variação dos últimos anos.

Cota-Parte do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

Receita estimada em função do crescimento da frota, da variação de preço dos automóveis usados e do crescimento do número de veículos novos (produção industrial), ajustado pela inflação.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Estimativa realizada com base no histórico de repasse recebido, ajustado pelo PIB, inflação e percentual de aumento de matrículas de alunos na rede municipal de ensino.

Deduções da Receita para a Formação do FUNDEB